



AGROECOLOGIA EM REDE: O EXEMPLO DA REDE DE BANCO DE SEMENTES DO POLO DA BORBOREMA

Pablo Melquisedeque Souza e Silva ¹
Ivan Targino Moreira ²

RESUMO

O objetivo central de nossa pesquisa é analisar a constituição de redes agroecológicas e a relação destas com o campesinato brasileiro, em especial a rede de banco de sementes do Polo da Borborema, além de sua fundamental relevância para a construção do conhecimento agroecológico como instrumento de luta, persistência e resistência. Verificamos a atuação do Polo da Borborema, assessorada pela AS-PTA - Agricultura Familiar e Agroecologia, que interage de diferentes formas com as organizações em torno da agroecologia. Além da pesquisa bibliográfica acerca do Território, da Rede, da Agroecologia e da Rede de Banco de Sementes Comunitárias (BSCs) do Polo da Borborema, para realização dessa pesquisa foram necessários trabalhos de campo. Compreendemos que a rede de BSCs do Polo da Borborema é exemplo da articulação das estratégias camponesas em rede e a agroecologia é fator fundamental para essa articulação.

Palavras-chave: Agroecologia; Polo da Borborema, Rede, Banco de Sementes Comunitárias, Sementes da Paixão.

RESUMEN

El objetivo principal de nuestra investigación es analizar la constitución de redes agroecológicas y su relación con el campesinado brasileño, en particular la red de bancos de semillas del Polo da Borborema, además de su relevancia fundamental para la construcción del conocimiento agroecológico como instrumento de lucha., persistencia y resistencia. Verificamos el desempeño de Polo da Borborema, asesorado por AS-PTA - Agricultura Familiar y Agroecología, que interactúa de diferentes formas con organizaciones en torno a la agroecología. Además de la investigación bibliográfica sobre el Territorio, la Red, Agroecología y la Red de Bancos Comunitarios de Semillas (BSC) del Polo da Borborema, fue necesario un trabajo de campo para llevar a cabo esta investigación. Entendemos que la red de BSC de Polo da Borborema es un ejemplo de la articulación de estrategias campesinas en una red y que la agroecología es un factor fundamental para esta articulación

Palabras clave: Agroecología; Polo da Borborema, Red, Banco Comunitario de Semillas, Semillas de Paixão.

¹ Doutor em Geografia pelo PPGG da Universidade Federal da Paraíba, pablomelqui@gmail.com

² Professor Doutor do PPGG da Universidade Federal da Paraíba, ivantargino@yahoo.com.br;



INTRODUÇÃO

O surgimento de políticas, planos de fomento à Agroecologia não é fruto da benevolência estatal, porém, faz parte de um contexto histórico de enfrentamentos trazidos à tona por movimentos sociais e sindicais, ONGs, intelectuais e outros que militam em prol não só da agroecologia, mas de várias pautas que cercam a agroecologia. O Censo Agropecuário de 2006 traz, pela primeira vez, dados que apresentam a relevância do progresso da agroecologia no Brasil.

Contraditoriamente aos avanços da agroecologia, o Brasil é considerado um dos maiores consumidores de agrotóxicos do mundo, o agronegócio se expandiu e tem maior volume de recursos investidos do que os empregados para a chamada agricultura familiar e aos projetos de agroecologia.

Mesmo com a força política e econômica do agronegócio brasileiro, o que justifica o fortalecimento do conjunto de sujeitos e organizações que trabalham em torno de alternativas ao modelo da revolução verde? Certamente, a configuração e organização de articulações e redes que propõem a agroecologia mobilizam e constroem a alternativa camponesa.

Compreendemos que rede é um conjunto de nós interconectados (CASTELLS, 1999). Sendo que a rede que estudamos é o conjunto de sujeitos, organizações e movimentos sociais interconectados por uma proposta em comum, a agroecologia. Apesar da diferença de dimensões e usos da agroecologia, ela é capaz de integrar uma diversidade de sujeitos e tipos de organizações com origens e objetivos diferentes, que assumiram um discurso comum.

Portanto, buscamos entender a atuação das redes e organizações que possuem a agroecologia e o campesinato como bandeira de ação. E, entender os resultados concretos e o contínuo processo de transformação camponesa a partir da trajetória e consolidação da agroecologia no campo brasileiro.

O objetivo central de nossa pesquisa é analisar a constituição de redes agroecológicas e a relação destas com o campesinato brasileiro, em especial a rede de banco de sementes do Polo da Borborema, além de sua fundamental relevância para a construção do conhecimento agroecológico como instrumento de luta, persistência e resistência.



Verificamos a atuação do Polo da Borborema, assessorada pela AS-PTA - Agricultura Familiar e Agroecologia, que interage de diferentes formas com as organizações que possuem a agroecologia como bandeira de ação e luta. Polo da Borborema e AS-PTA articulam-se em rede com outras organizações em nível local, estadual, regional, nacional e mundial. Entretanto, neste artigo, focaremos nas ações locais do Polo da Borborema, em especial destacamos a Rede de Banco de Sementes Comunitárias (BSCs).

Este artigo é fruto da tese “*Campesinato e agroecologia em rede: a dinâmica do movimento agroecológico no Brasil e sua manifestação no Nordeste e no Agreste Paraibano*”, defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba (PPGG-UFPB). A partir dela, compreendemos que a rede de BSCs do Polo da Borborema é exemplo da articulação das estratégias camponesas em rede. Tais estratégias confirmam-se como forma de *resistência, autonomia, solidariedade e apoio mútuo* são características fundamentais para a reprodução camponesa, e em especial para os BSCs, também colabora com o processo de resistência à contaminação por transgênicos. Sendo a rede, é primordial para a valorização e integração camponesa, pois é através dela que ocorrem os encontros, as reuniões, o compartilhamento de ideias, as trocas de sementes, as festas etc.

METODOLOGIA

Além da pesquisa bibliográfica acerca do Território, da Rede, da Agroecologia e da Rede de Banco de Sementes Comunitárias (BSCs) do Polo da Borborema, para realização dessa pesquisa foram necessários trabalhos de campo.

Na investigação sobre a Rede BSCs do Polo da Borborema, além de participar de duas reuniões da Comissão de Sementes do Polo da Borborema, visitamos 27 BSCs e entrevistamos 27 guardiões de sementes, em 9 dos 12 municípios onde atua o Polo da Borborema e que tem BSCs. Esta amostra de entrevistas representa 42% dos BSCs em 75% dos municípios.

Através do roteiro de entrevista investigamos a história de vida, a produção, a organização familiar, as redes de relacionamento, a compreensão sobre a agroecologia e as redes envolvidas nos processos agroecológicos, o manejo e a relevância das sementes



crioulas (Sementes da Paixão), a história, a organização e os desafios dos BSCs e dos guardiões de sementes visitados.

REFERENCIAL TEÓRICO

Em nossa pesquisa, a organização em redes é entendida como estratégia fundamental de atuação coletiva e individual dos sujeitos nela organizados. Assim, a rede é uma forma de organização que possibilita cooperação política e produtiva, nas quais os indivíduos formam organizações articuladas. Como, por exemplo, os sindicatos, as associações, as cooperativas, as ONGs e outros grupos que estão organizados com objetivos distintos, porém, conectados a alguns objetivos em comum. Concordamos com Scherer-Warren (2006), quando afirma que a ideia de rede:

Pressupõe a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum, os quais definem os atores ou situações sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas e transformadas. Em outras palavras, movimento social se constitui em torno de uma identidade ou identificação, da definição de adversários ou opositores e de um projeto ou utopia, num contínuo processo em construção e resulta das interações das múltiplas articulações acima mencionadas, significando [...] um conceito de referência que busca apreender o porvir ou o rumo das ações de movimento, transcendendo as experiências empíricas, concretas, datadas, localizadas dos sujeitos/atores coletivos (SCHERER-WARREN, 2006, p. 113).

Um exemplo desta ideia de rede é a Via Campesina e a relevância que a mesma representa, pois ela é um importante elo capaz de integrar distintas redes de movimentos sociais do campo em vários continentes do mundo, com proposituras que divergem do agronegócio:

A campanha das sementes é um exemplo emblemático sobre produção e qualidade de vida, mobilizando os movimentos como o MST, o das mulheres e dos jovens, traduzindo suas questões específicas para novos significados — um mundo mais igualitário, mais saudável e mais justo. (SCHERER-WARREN, 2008, p. 508, 509)

Entretanto, estamos analisando o desenvolvimento da organização de redes em distintas escalas. Ou seja, desde a organização em rede na vizinhança, nos sindicatos e associações locais, assim como nas articulações, organizações e fóruns no âmbito nacional que são capazes de mobilizar ações nacionais e regionais como estratégia produtiva e política. As ações locais estão ligadas às organizações estaduais e regionais que, por sua vez, estão em consonância com as estratégias nacionais.



Constatamos, em nossa pesquisa de campo e também na revisão bibliográfica, além das entrevistas com lideranças e técnicos do movimento agroecológico no Brasil, que o território é abordado corriqueiramente nos depoimentos, nos livros e na metodologia dos eventos da agroecologia. Mesmo não havendo uma determinação teórica para a compreensão do que é o território.

O território aparece como delimitação do Estado quando abordam a temática do programa de desenvolvimento rural, com a subdivisão dos chamados territórios de cidadania. Em outro momento, ele assume uma dimensão simbólica da origem do indivíduo.

Alexandre Cesar, coordenador do Centro de desenvolvimento agroecológico Sabiá (Centro Sabiá)³, membro da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) e representante da Articulação do Semiárido (ASA), na Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO), aponta como o território é abordado e interpretado pelas organizações em que ele atua.

A gente hoje vive numa discussão conceitual sobre o que é isso (território). Quando nós da ANA e da ASA, a gente fala do território, não estamos falando do “*Território de cidadania*”, do território rural que o governo tem uma política. Nós estamos falando do território de uma determinada área geográfica de atuação, de identidade. Quando falo do território do sertão do Pajeú, aquela região que pega Serra Talhada, Sertânia, São José do Egito, que é a região onde nasci e me criei. A gente chama aquilo ali de Sertão do Pajeú. Claro que com o acúmulo da política a gente vai trazendo também a dimensão do território, do ponto de vista de entender isso aqui como uma área que tem uma identidade em torno do baixo Pajeú, do alto Pajeú, do médio Pajeú. (...) Claro que muitas vezes você tem uma coincidência. Existe o território da cidadania do Pajeú, mas antes existia nossa identidade de Sertão do Pajeú (Depoimento de Alexandre Cesar, coordenador do Centro Sabiá, 2015).

Marcelo Galassi, um dos coordenadores da AS-PTA, na Paraíba, membro da coordenação da ASA/PB, descreve seu entendimento do conceito de território. Segundo

³ O Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá (Centro Sabiá) é uma organização não governamental com sede no Recife, Pernambuco, fundada em 1993, que trabalha para promoção da agricultura familiar dentro dos princípios da agroecologia. Desenvolvendo e multiplicando a Agricultura Agroflorestal, também conhecida como Agrofloresta ou Sistemas Agroflorestais. Juridicamente é uma associação civil de direito privado sem finalidade econômica, de natureza técnico-ecológica e educacional. (Disponível em: <http://www.centrosabia.org.br/> Acesso em 25/04/2015)



ele, o uso do conceito território pelos movimentos agroecológicos pode ter uma influência da política de desenvolvimento territorial.

A gente do movimento agroecológico passou a incorporar essa ideia de território, não necessariamente o território do MDA, o território de cidadania, mas, esse conceito de território como um espaço onde a gente tem disputa de poder, de projeto, tem políticas públicas incidindo no espaço. É um território de identidade. Quando a gente fala “território do polo”, é onde o polo está articulado (depoimento de Marcelo, um dos coordenadores da AS-PTA, na Paraíba, em 2016).

Assim o território é lido como substrato espacial onde as divergências de interesses, sobretudo econômico, se manifestam. Dessa forma o território, segundo os depoimentos colhidos, é compreendido como “espaço em disputa de projeto”, “onde as coisas estão realmente acontecendo”. Alexandre Cesar informa que,

Quando nós da ANA fazemos esse tipo de discussão é um ponto que temos reforçado dentro da CNAPO. Que de reforçar a ideia da agroecologia se constituindo no território. Numa dimensão onde as coisas estão realmente acontecendo. Com os sindicatos, com as associações, com os agricultores experimentadores, com as redes de agricultores que acontecem nesse território (depoimento de Alexandre Cesar, coordenador do Centro Sabiá, em 2015).

Marcelo Galassi acrescenta que o uso do entendimento de território tem feito parte da metodologia adotada pela ASA.

A ASA, no III Encontro Paraibano de Agroecologia (EPA), já trabalhou essa abordagem de olhar para cada território e tentar identificar como é que o agronegócio se expressava, quais eram as expressões do agronegócio e a expressão da agroecologia, da agricultura familiar. Com esse enfoque, comprar, fazer estudo de caso comparativo. Essa ideia de território como espaço em disputa de projeto, de modelo está muito forte na ASA hoje. (depoimento de Marcelo, um dos coordenadores da AS-PTA, na Paraíba, em 2016).

O território, apesar de seus múltiplos entendimentos e dimensões, remete às contradições, às disputas, aos embates de modelos e projetos na construção de uma sociedade. Percebemos que a agroecologia, enquanto modelo produtivo, como ciência e como construção sociocultural de uma diversidade de sujeitos, estabelece trincheiras na disputa por ações no território, seja com o agronegócio, seja com mineradoras ou com qualquer agente da formação social capitalista.



Logo, na disputa pelo território, o fortalecimento de redes é fundamental. É na ação em rede que se fortalece a luta no território. São as redes sociais, não necessariamente o *facebook*, *whatsapp*, *instagram* e outros. São redes de relações sociais, com a capacidade de entrelaçar e integrar sujeitos distintos em torno de um tema em comum. Santos (1996) aponta o papel e a influência das redes no território. Para ele:

Mediante as redes, há uma criação paralela e eficaz da ordem e da desordem no território, já que as redes integram e desintegram, destroem velhos recortes espaciais e criam outros. Quando ele é visto pelo lado exclusivo da produção da ordem, da integração e da constituição de solidariedades espaciais que interessam a certos agentes, esse fenômeno é como um processo de homogeneização. Sua outra face, a heterogeneização, é ocultada. Mas ela é igualmente presente (SANTOS, 1996 p. 222).

Outro geógrafo que também relaciona rede com o território é Raffestin (1993). Segundo ele:

A rede aparece, desde então, como fios seguros de uma rede flexível que pode se moldar conforme as situações concretas e, por isso mesmo, se deformar para melhor reter. A rede é proteiforme, móvel e inacabada, e é dessa falta de acabamento que ela tira sua força no espaço e no tempo: se adapta às variações do espaço e às mudanças que advêm no tempo (RAFFESTIN, 1993, p.204).

Para Raffestin (1993), “a rede faz e desfaz as prisões do espaço, tornado território: tanto libera como aprisiona. É o porquê de ela ser o ‘instrumento’ por excelência do poder” (p.204). Assim, Santos (1996) e Raffestin (1993) dialogam sobre a importância das redes e sua relação com o território. Sobretudo, pelo fato de ambos entenderem que “a existência das redes é inseparável da questão do poder” (SANTOS, 1996, p. 215).

Como já afirmamos anteriormente, Arendt (1985) alega que “o ‘poder’ corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido” (p.24 *apud* SOUZA, 2000, p.80). Desta forma, ela compreende o poder como característica coletiva.

É o fortalecimento das redes de relações sociais, no território, a condição *sine qua non* para o fortalecimento do campesinato no Brasil. E, esse campesinato já encontrou um tema catalisador das ideias e das técnicas para o enfrentamento e resistência camponesa no campo. Esse tema é a agroecologia. Deste modo, a ação em rede do campesinato em

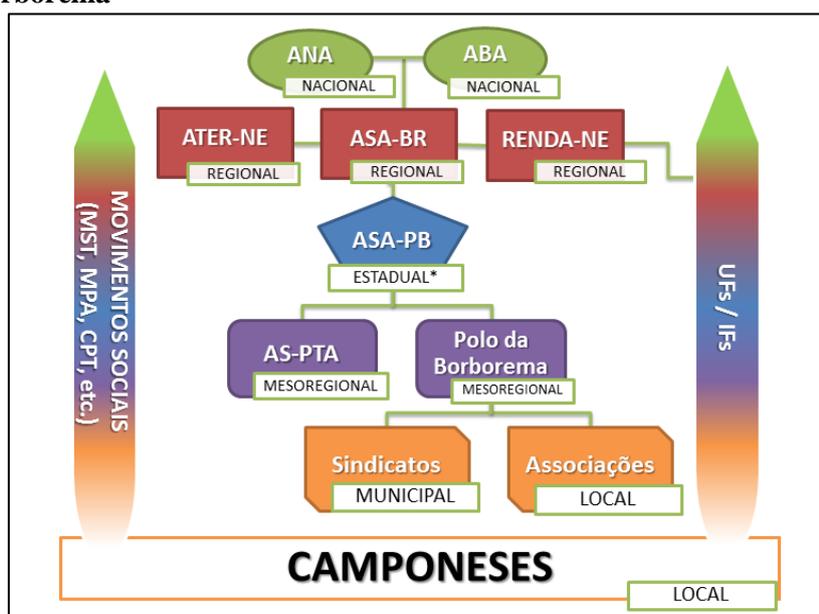


torno da agroecologia é uma ferramenta técnica, ideológica e política importante para as disputas no território.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Cabe informar que o Polo da Borborema é assessorado pela AS-PTA, que faz parte da Rede Ater-NE e também participa da coordenação executiva da ASA-PB. A ASA-PB é membro da ASA-BR, que de mesmo modo articula-se com a ABA e a ANA. Assim como as universidades, institutos federais e movimentos sociais, atuam em todas as escalas (ver figura 1).

Figura 1 – Escala de atuação das redes agroecológicas, do local ao nacional a partir do Polo da Borborema



Elaboração: SILVA, P.M. S.(2016)

Ao apontar as escalas de atuação, não pretendemos apresentar uma hierarquia entre as organizações em rede. As organizações possuem suas especificidades e autonomia, mas integram-se, articulam-se, constroem ao mesmo tempo em que são construídas. Dessa forma, compreendemos que a rede de bancos de sementes comunitários do Polo da Borborema integra esse conjunto de redes, mesmo que sua atuação seja em escala local ela está articulada a outras redes, em outras escalas de atuação.



Os Bancos de Sementes Comunitários (BSCs) nascem a partir de uma estratégia que complementa a prática tradicional das famílias camponesas de estocar sementes. Esse estoque visa garantir o abastecimento tanto para a plantação como para a alimentação da família. Ou seja, os BSCs compõem uma estratégia associativa que complementa os Bancos de Sementes Familiares (BSFs).

O longo processo de formação de BSCs na Paraíba, consolidou uma Rede de Bancos de Sementes Comunitárias da Paraíba, dentro dessa rede existe outra rede, a Rede de Banco de Sementes do Polo da Borborema. Essa rede é assessorada pelo Núcleo de Sementes da AS-PTA e é coordenada pela Comissão de Sementes.

Um BSC é fundado a partir da organização de um grupo de agricultores e de um estoque de sementes, obtido com doações externas ou da colaboração dos próprios membros de determinado grupo. As famílias que são sócias do banco retiram, como um empréstimo, uma quantidade de sementes, devendo devolvê-la após a colheita, em quantidade igual ou superior à quantidade que pegou emprestada. O percentual de devolução das sementes varia de acordo com cada BSCs, segundo decisão dos membros.

Esse percentual devolvido é o que possibilita a formação dos estoques, a ampliação do número de sócios e do aumento do volume de empréstimos das sementes. Na devolução das sementes, os sócios devem entregar sementes de qualidade e com as características de seleção acordadas pela comunidade.

De igual modo, as regras gerais de funcionamento do BSC são definidas pelos associados. E, geralmente, há uma comissão ou uma pessoa fica responsável por gerir o banco. Entretanto, um dos principais problemas para a organização e funcionamento do BSCs é a devolução das sementes. Há casos em que as sementes não estão selecionadas ou armazenadas adequadamente e às vezes não ocorre à devolução (ALMEIDA e CORDEIRO, 2002).

Problemas como concentração de trabalho na mão de um grupo pequeno ou de uma família, devolução de sementes de má qualidade por parte de alguns sócios, concentração de poder do presidente da associação, má administração do grupo gestor ocorrem frequentemente e são de difícil solução. Todos esses fatores, que causam prejuízo à comunidade, comprometem de alguma forma o desempenho do banco (ALMEIDA e CORDEIRO, 2002, p. 37).

Por isso as reuniões, os treinamentos, as oficinas, os intercâmbios fazem parte do planejamento das redes de bancos de sementes para que haja a capacitação e melhor



andamento da gestão dos BSCs. No caso do Agreste Paraibano, a AS-PTA possui papel fundamental na dinâmica dos BSCs ao assessorar a Rede de Bancos de Sementes do Polo da Borborema.

O agricultor *Euzébio* Cavalcanti, durante uma reunião da rede de banco de sementes do Polo da Borborema descreve parte da trajetória da rede de Bancos Sementes Comunitárias da Paraíba.

*Quando a gente (Polo da Borborema) começou os trabalhos com a AS-PTA em 1993. Começou com os municípios de Remígio, Solânea e depois Lagoa Seca. A gente tinha naquela época uma política de sementes que tocava sementes por votos. Tinha vereadores traziam um ou dois quilos de sementes e sabiam que iam só trocar por votos. Naquele momento tinha uma preocupação muito grande, por que a gente tinha em mente que os agricultores não guardavam mais sementes. (...) Aí acontecia um fenômeno quando a gente começou a fazer nossos bancos de sementes em 1994. A gente descobriu que a gente nunca conseguia enxergar onde estavam guardadas as sementes. Por que a política pública dizia que o agricultor não tinha semente, tinha grão. **Então precisou da rede. A gente começou a fazer troca de conhecimento, a gente começou a descobrir nessa rede, que a gente precisava investigar mais dentro de casa.** (...) Quando se formou o Polo da Borborema em outros municípios descobrimos outros tesouros, de antes do tempo que a gente começou. Encontramos em “Zé Pequeno”, em Solânea tinha banco de sementes dos anos 70, dos anos 80, que eram bancos de sementes construídos pela igreja católica, no tempo das CEBs, resistindo a ditadura militar, organizando as pessoas (...) Então os bancos de sementes dos anos 70 vieram a fazer parte dessa rede. Eles estavam lá quietinhos no canto deles, funcionando, mas eles também tiveram ganho com isso. Por que passaram a fazer parte da rede, passaram a trocar conhecimento e a rede ele cresceu. **Essa primeira fase da rede foi uma fase de experimentação e descobertas.** As associações comunitárias daqui foram criadas para ganhar voto. Quando os bancos de sementes chegaram, uma nova oportunidade as comunidades eles tiveram de se organizar. (Depoimento de *Euzébio* Cavalcanti, durante reunião de inauguração popular do Banco mãe de Sementes do Polo da Borborema, em 2017).*

Ou seja, na década de 1980, as CEBs instigaram o processo inicial de fundamentação do Bancos de Sementes Comunitário e, na década de 1990, as ONGs e sindicatos passaram a colaborar na integração desses bancos, auxiliando a formação das redes. Nesse período, três dimensões passaram a orientar as ações dos BSCs: a melhoria na gestão dos bancos, a melhoria da qualidade física e genética das sementes e a valorização e conservação da diversidade local. Para tanto, ocorreram ações voltadas para a capacitação, a organização de eventos de formação e intercâmbio e financiamento para



a aquisição de infraestruturas de armazenamento de sementes (ALMEIDA e CORDEIRO, 2002).

Em 1999, o *Seminário de Políticas Públicas e Sementes* foi o marco para a criação da Rede Estadual de Bancos de Sementes Comunitários da Paraíba (Rede Sementes), ligada à ASA-PB. Três anos depois, como resultado do mesmo seminário, tivemos a elaboração do “Programa Especial de Fortalecimento de Ampliação dos Bancos de Sementes Comunitários da Paraíba”, com a aprovação em 2002 a Lei Estadual nº 7.298 (Anexo 4) que constituiu um marco referencial para o desenvolvimento das ações em torno dos BSCs no Estado, assim como estabelece diretrizes para o diálogo com o governo.

A referida lei ordena que o governo estadual possa garantir recursos para o resgate e a multiplicação de sementes de variedades locais tanto para o abastecimento do Programa Estadual de Banco de Sementes, nos BSCs já existentes no Estado e gerenciados pela sociedade civil. (ALMEIDA e CORDEIRO, 2002; CUNHA, 2013).

Essa lei foi relevante para o fortalecimento dos BSCs, porém no âmbito nacional outra lei corroborou com a temática da agrobiodiversidade e o fomento aos BSCs. A lei nº 10.711⁴, de 5 de Agosto de 2003 que dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudas, que:

Em suma, a nova lei reconhece a existência das sementes crioulas; isenta-as, bem como aos agricultores que as produzem, da obrigatoriedade de registro junto ao Ministério da Agricultura; e proíbe a imposição de restrições às sementes crioulas em programas de financiamento ou em programas públicos de distribuição ou troca de sementes (CUNHA, 2013, p. 65).

Para Euzébio Cavalcanti, a elaboração dessas leis e políticas públicas voltadas para o fomento dos BSCs só foram possíveis devido à organização em rede. A integração entre os camponeses, as ONGs, os STRs e seus parceiros. Para ele,

Isso aconteceu em rede, isso não aconteceu isolado. Isso não estava sozinho no agricultor pensando com as políticas públicas massacrando. Estávamos juntos. Que a rede é isso, junto todo mundo. Aí foi quando a gente fez a primeira feira estadual das sementes crioulas, num acampamento de conflito de terra, o acampamento 68, hoje assentamento irmã Doroty. Lá, a televisão foi gravar, Seu Joaquim falou a poesia dele em rede nacional. A partir daquele momento a “semente da paixão” virou nossa semente crioula. (Depoimento de Euzébio Cavalcanti, durante reunião de inauguração popular do Banco mãe de Sementes do Polo da Borborema, em 2017).

⁴ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.711.htm



Inspirados em Seu Dôdô, de Teixeira-PB, ao afirmar que “*O governo pode trazer a semente que quiser, mas eu tenho paixão pela minha semente*” ajudando a batizar as sementes crioulas, que na Paraíba recebe o carinhoso nome de “*Sementes da Paixão*”. Em outros estados, as sementes crioulas recebem outros nomes.

Euzébio Cavalcanti informou que a partir dos anos 2000 a trajetória das redes de BSCs passou por uma nova fase. Enquanto a primeira fase dos BSCs foi de *experimentação e descobertas*, a segunda fase foi denominada por ele de: “*Agora nós vamos pra cima deles*”.

Por volta de 2000, tivemos nossa segunda fase. Que era “Agora nós vamos pra cima deles”. Nós ocupamos a secretaria de agricultura do Estado e demos um grito bem forte no ouvido do governo: GRÃO NÃO, SEMENTES!. Até aí a gente tinha parceria com a universidade, que já testava a semente. Uma vez seu Neco de Solânea, na reunião o técnico da Emater disse: Pra falar de semente, tem que falar com especialista, agricultor só tem grão. Seu Neco disse: não, peraí, a universidade levou minha semente. Quanto é a germinação das sementes que vocês estão trazendo?. Eles responderam: 90%. Seu Neco disse: a minha tem 97%, testada pela universidade. (...) A gente às vezes recebia as sementes do governo e usávamos para outras coisas. A gente teve que dizer ao governo que a gente não queria aquela semente. Com essa pressão, conseguimos criar uma lei do estado sobre banco de sementes. Conseguimos isso com a Rede de Banco de Sementes do Polo da Borborema e com a Articulação do Semiárido Paraibano (ASA-PB), que tem várias redes como a do Polo da Borborema espalhadas por todo Estado. Juntos fizemos essa pressão, que ajudou numa grande mudança. Realizamos com isso a primeira festa das sementes crioulas do Estado da Paraíba. (Depoimento de Euzébio Cavalcanti, durante reunião de inauguração popular do Banco mãe de Sementes do Polo da Borborema, em 2017).

Ainda no campo das leis e incentivos públicos aos BSCs, em 2015 foi lançado o *Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: Manejo da Agrobiodiversidade – Sementes do Semiárido*⁵, que colaborou com a construção de 708 BSCs em todo o semiárido brasileiro. Esse programa conta com a coordenação da Articulação do Semiárido (ASA-Br) e recebeu financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

⁵ <http://www.asabrasil.org.br/acoes/sementes-do-semiarido>



Sementes do Semiárido tem sua concepção assentada no reforço das estratégias de resgate e valorização do patrimônio genético, através do fortalecimento das práticas já existentes de auto-organização comunitárias. Na dinâmica das comunidades do Semiárido, as famílias agricultoras selecionam as melhores sementes e as guardam para os próximos plantios. Nestes bancos de sementes familiares, existe uma verdadeira riqueza alimentar, capaz de assegurar a segurança e soberania alimentar e nutricional das populações do Semiárido. Algumas comunidades têm um nível de organização maior e criaram um banco ou uma casa de sementes comunitária. Estimulando as dinâmicas de autogestão das sementes nas comunidades rurais, **o programa se propõe a apoiar o fortalecimento das casas de sementes comunitárias, bem como a articulação delas em rede (ASA, grifo nosso)**⁶

Além do programa “Sementes do Semiárido”, foi relevante nos últimos anos o Programa “Ecoforte”⁷. O Programa Ecoforte faz parte do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), que analisamos no capítulo anterior, e tem como objetivo fortalecer e ampliar as redes, cooperativas e organizações socioprodutivas e econômicas de agroecologia, extrativismo e produção orgânica.

Assim, verificamos que o processo de formação, ampliação e organização dos BSCs passaram ao longo dos anos por uma construção, que vai desde a valorização e avaliações dos BSFs com as CEBs, tem a atuação das ONGs e sindicatos e, após processos de reivindicação, luta e comprovação científica, a atuação do Estado no fomento dessas ações. É uma rede que permanece em movimento, em busca de garantir os direitos já adquiridos e lutar pela ampliação e busca de novas possibilidades.

Percebemos que os BSCs possuem utilidades que não estão restritas apenas ao armazenamento e estoque de sementes. Através dos BSCs ocorrem resgate e multiplicação de sementes, sejam experimentações de sementes de outras áreas ou de variedades com pouca quantidade, assegurando a permanência da determinada semente.

A articulação entre esses bancos comunitários através da Comissão de Sementes do Polo da Borborema possibilita uma comunicação continuada em âmbito territorial. Para isso, mantem-se uma dinâmica de reuniões em rede permitindo a articulação dos Municípios, dos representantes dos bancos e das famílias agricultoras. Além das reuniões territoriais, identificamos que outros momentos como as reuniões municipais e comunitárias constroem uma unidade em torno do trabalho de preservação das sementes da paixão e fortalece essa

⁶ Idem

⁷ Disponível em: <https://fbb.org.br/pt-br/viva-voluntario/conteudo/ecoforte> Acesso em: 25/02/2019.



dinâmica dos bancos comunitários de sementes (SILVA *et al*, 2017a, p. 5).

Segundo dados de 2017, a rede contava com 62 BSCs e envolvendo mais de 1500 famílias. Os BSCs da rede armazenam 27 espécies e 120 variedades diferentes de sementes. Além disso, em 2017, conseguiram estocar quase 20 toneladas de sementes, mesmo que os quatro anos anteriores tenham sido marcados por uma forte estiagem (ASA, 2017)⁸.

Do total de BSCs, 48 receberam recursos de projetos como *Sementes do Semiárido* e *Ecoforte Redes*, ambos apresentados no item anterior. Estes recursos possibilitaram a construção e ampliação dos BSCs, aumentaram a capacidade multiplicação, estoque e distribuição de sementes para as famílias participantes;

O acesso de recursos públicos governamentais, em torno de R\$ 850.000,00, é uma conquista importante na estruturação e fortalecimento do trabalho com as sementes da paixão. A Rede de Bancos Comunitários de Sementes da Borborema é uma das 07 dinâmicas territoriais compõem a Rede de Sementes da Articulação do Semiárido (ASA Paraíba). A Rede Estadual possui uma dinâmica onde busca articular os territórios, desenvolvendo atividades de planejamento, formação técnica e política (ASA, 2017).

Ainda com os dados de 2016, a Rede de BSCs do Polo da Borborema contava com 60 BSCs, espalhados em 12 municípios e com 1440 sócios. Os bancos armazenaram 27 espécies e 120 variedades de sementes, entocando mais de 17 toneladas de sementes. Destacamos os números do município de Queimadas que apresenta o maior número de BSCs (12), de sócios (416) e armazenou mais de 3 mil toneladas de sementes. O oposto é o caso do município de São Sebastião de Lagoa de Roça, em que possui apenas um banco de semente, com 7 sócios, e que armazenou apenas 100 toneladas de sementes.

Tendo em vista que o armazenamento é uma das principais atribuições dos BSCs, os dados acima apontam que os bancos possuem maior capacidade do que conseguiram em 2016. Estiagem e falta de devolução de sementes são fatores que influenciam no desempenho de cada banco.

O banco já é uma estrutura coletiva, para o banco ser dinamizado é preciso ter sementes. Quando você pega um ano de seca, que pega uma baixa de estoque, às vezes você tem as pessoas bem organizadas, bem motivadas, mas não tem sementes. E o fato de não ter sementes faz com

⁸ Disponível em: <http://asabrazil.org.br/candeeiros/1506148200.pdf> Acesso em: 23/10/2017



que a estrutura organizativa em si é viva, mas a estrutura física, que são as sementes para as pessoas, ele acaba reduzindo. A seca é um desafio, a cada ano de seca você tanto perde materiais nativos, adaptados e resistentes, como você acaba perdendo essa questão organizativa. (Depoimento de Emanuel Dias, em entrevista, 2017).

Além da estiagem, estão entre os desafios e problemas enfrentados pelos BSCs as políticas públicas que vão de encontro com as condições ideais para a organização do BSCs, a violência no campo e o avanço dos transgênicos.

Sobre os desafios enfrentados junto a políticas públicas, Emanuel Dias explica que:

Existem políticas públicas que vêm em outro contexto, trazendo sementes exóticas ou que são pouco adaptadas as condições locais. Ou até mesmo com programas que tem pouca diversidade (de sementes) e muito volume. Mas o que as famílias precisam é o contrário, diversidade de semente, necessariamente não precisa que você tenha uma grande quantidade de sementes. (Depoimento de Emanuel Dias, em entrevista, 2017).

Quanto ao problema da violência no campo, em todos os municípios visitados durante nosso trabalho de campo nos BSCs da rede do Polo da Borborema, escutamos diversos relatos sobre a violência no campo. Dentre os motivos para o aumento da violência no campo o mais recorrente foi o avanço do uso e do tráfico de drogas nos municípios.

Assim, tendo em vista a falta de policiamento nas áreas rurais e a previsibilidade dos dias em que os agricultores recebem dinheiro, sobretudo os aposentados, os camponeses são vítimas vulneráveis dos criminosos no campo. Foi comum o relato de que comunidades inteiras deixando de morar no campo, para fugir da violência. Alguns ainda chegam a trabalhar durante o dia em sua terra, mas ao fim da tarde dirigem-se para a cidade. A violência tem contribuído para o abandono da agricultura familiar e, assim, reduzir a produção e o armazenamento das sementes crioulas.

Já sobre o avanço dos transgênicos, como forma de combater um dos problemas enfrentados pelos BSCs, o Núcleo de Sementes da AS-PTA e a comissão de sementes do Polo da Borborema lançaram a campanha “*Não Planto Transgênicos para Não Apagar*



a Minha História”⁹. Foram produzidos banners, cartazes, cordéis e vídeos com o objetivo de alertar as famílias e comunidades guardiãs de sementes sobre a temática

O conjunto de ações, em rede, com o objetivo de mobilizar e articular as famílias e comunidades guardiãs de sementes apresenta-se como forma fundamental para a resistência das famílias camponesas ao avanço da contaminação, por transgênicos, das sementes crioulas. Seu Paulo, agricultor no Sítio Oziel Pereira, descreve uma de suas ações para proteger sua produção da contaminação de transgênicos. Segundo ele, seu vizinho estava plantando milho transgênico, e como solução para que sua plantação não fosse contaminada, ele resolveu “trocar” as sementes com o vizinho.

Quando foi o ano passado, eu fui levar um gado no cercado e vi o vizinho plantar um roçado de milho. Aí eu conversando com ele, eu disse: “Seu Antônio, que variedade de milho é a que o senhor vai plantar hoje?” Aí ele disse: “Seu Paulo, esse milho eu num sei não. Eu comprei lá na feira. Comprei vinte quilos. Não comprei mais por que não tinha. Eu vou plantar esse vinte quilos e depois vou voltar na rua, em outro armazém e ver se eu encontro mais quarenta quilos. É pra plantar outro campo aí, que leva um saco de milho (60kg)”. Eu pensei: “Agora ele vai plantar aí e eu vou plantar no outro dia”. Eu disse pra ele: “Seu Antônio, vamos fazer um negócio. Lá em casa eu tenho do meu milho pontinha, o senhor sabe que ele é produtivo. Se o senhor quiser eu faço um negócio com o senhor. Eu te arrumo um saco do meu milho, o senhor planta e quando o senhor colher me devolve um saco e meio”. Ele disse: “já tá feito o negócio Seu Paulo. Vou parar aqui, vou dá esse milho para as galinhas e vou plantar do seu”. (...) Ele colheu bem, o inverno foi pouco, mas ele colheu 30 sacos. Aqui eu tenho feito dessa maneira. Tenho trocado com os agricultores, da minha semente. Tenho vendido e tenho doado. Por isso que até hoje meu milho nunca foi contaminado. (Depoimento de Seu Paulo durante entrevista, no assentamento Oziel Pereira, Remígio-PB. 2018)

Silva *et al.* (2017b) concluem que:

Os dados do monitoramento realizado no território da Borborema revelam que a gestão comunitária de sementes possibilita que uma variedade perdida por contaminação possa ser recuperada na mesma região. Isso ocorre porque outras famílias agricultoras daquela região ainda têm variedades guardadas livres da contaminação dos transgênicos, no nível doméstico ou no nível comunitário. A troca de sementes entre as famílias agricultoras guardiãs e articuladas na rede de bancos comunitários de sementes é uma forma importante e eficaz de conservação de variedades crioulas. (SILVA *et al.*, 2017b, p.6)

⁹ Disponível em: <http://aspta.org.br/2016/08/campanha-nao-planto-transgenicos-para-nao-apagar-minha-historia/> Acesso em: 12/02/2017



As famílias camponesas, articuladas em rede, confirmam-se como forma de resistência. Como verificamos no depoimento de Seu Paulo. Autonomia, solidariedade e apoio mútuo são características fundamentais nesse processo de resistência à contaminação por transgênicos. E a rede é essencial nesse processo, pois é através dela que ocorrem os encontros, as reuniões, o compartilhamento de ideias, as trocas de sementes, as festas e outros momentos de integração.

As parcerias estabelecidas entre as organizações, em qualquer nível de atuação, sejam municipais ou nacionais, são relevantes para que haja o funcionamento exitoso não só dos BSCs, mas de todas as estratégias camponesas que se apresentam como alternativas ao modelo do agronegócio. Todavia, há diferentes percepções quanto à forma como o camponês pode enxergar quem são seus parceiros.

Segundo Bastos, guardião de sementes, do Sítio Furnas, em Montadas-PB, “*É um bem precioso e de grande importância a gente participar de uma rede de organizações de sementes. Pra mim, foi melhor coisa que eu achei na vida, foi participar dessa organização*”.

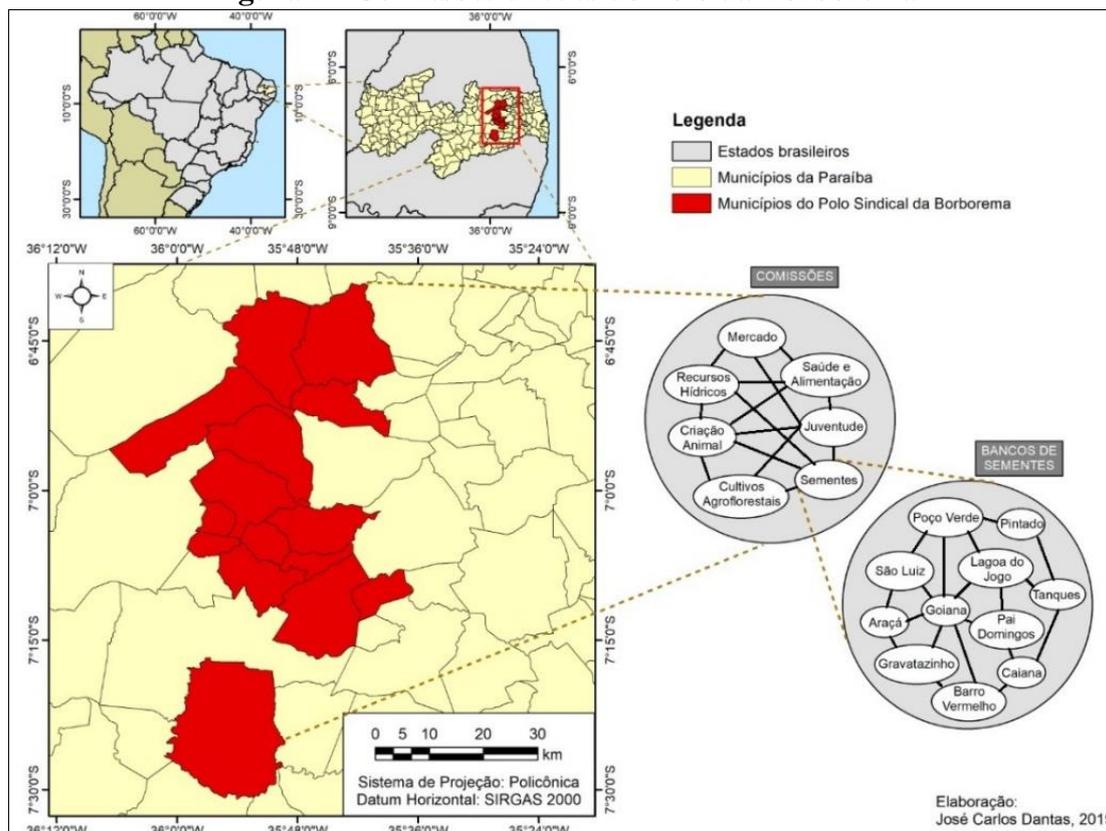
Questionados sobre seu papel como integrante de uma rede de BSCs e sua contribuição para a agricultura em diversas escalas, do sítio ao mundo, 100% dos guardiões de sementes entrevistados afirmaram que de alguma forma colaboram para a agricultura em todas as escalas.

Alguns depoimentos justificam que estar em rede é fundamental para sua colaboração em diversas escalas e as organizações que integram as redes possuem papel importante nas conexões dessas redes. Destacamos o depoimento de Bastos, guardião da semente no Sítio Furnas. Segundo ele:

É porque faz interligações. Se a ASA-Brasil num é parceira? Aí tem a ASA-Paraíba, Aí tem o Polo da Borborema, a AS-PTA. E tem mais outras organizações. Então é um contexto, tem uma ligação de tudo. Por isso que falei sim nessa questão (de contribuir com a agricultura) no mundo. (Seu Bastos, sítio furnas, Montadas-PB, 2018)

Dessa forma, a agroecologia se articula em rede, fortalecendo e sendo igualmente fortalecida. A Figura 2 descreve o Polo da Borborema a partir de suas comissões temáticas, compreendo que eles, em si, formam redes. Todavia as comissões estão integradas entre si e corroboram uma com as outras.

Figura 2 - Comissões e redes do Polo da Borborema



Ao analisar a trajetória do movimento agroecológico no Brasil e verificar a construção de redes de camponeses e organizações camponesas na Paraíba, e mais especificamente, no Agreste Paraibano, compreendemos que a coletividade camponesa é aliada a instrumentos de luta política e produtiva. É a atuação de diversos sujeitos em torno de ações que fomentam a produção agroecológica que propõem políticas públicas que a promovem. A agroecologia organizada em rede integra camponeses e serve como instrumento técnico, político e produtivo para os enfrentamentos do campesinato. É a agroecologia em rede que fortalece as ações locais e tem dado condições de tentar resistir às ações do agronegócio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, o Polo da Borborema está integrado com a AS-PTA e articula os STRs de sua área de atuação. Na metodologia de ação do Polo da Borborema, as comissões temáticas formam redes temáticas. Todavia, o Polo da Borborema integra a ASA-PB e a ASA-BR. Enquanto a AS-PTA também se relaciona com a ASA-PB, integra a Rede Ater-



NE. Por sua vez, a ASA-BR está articulada com a ANA. O Polo da Borborema ainda se relaciona com outros fóruns, redes, universidades etc.

Todo esse emaranhado de conexões estabelecidas pelo Polo da Borborema fortalece suas ações no Agreste Paraibano e proporciona ao campesinato local possibilidades de articulação para enfrentamento das dificuldades produtivas e políticas. Assim como para a efetivação de uma política pública nacional em apoio à agroecologia, na Paraíba, as políticas públicas só atingiram a pauta agroecológica a partir da mobilização articulada em rede pelos movimentos envolvidos com a agroecologia.

O Polo da Borborema é um exemplo exitoso de parceria entre um movimento de base e a assistência técnica para agroecologia, no caso a AS-PTA. Ainda que essa base tenha surgido dos sindicatos, mas um sindicato atuante em prol dos sindicalizados e não dos patrões. Compreendemos que as comissões integram as redes internas do Polo da Borborema, assim como os temas, as redes também se entrelaçam. No entrelaçamento de redes internas e externas ao Polo da Borborema é que são construídos os avanços da agroecologia e do campesinato no Agreste Paraibano, mas que também reflete a trajetória do movimento agroecológico no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paula. CORDEIRO, Ângela. **Sementes da paixão: estratégia comunitária de conservação de variedades locais no semiárido**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2002.

ARENDDT, Hannah. **Da violência**. Brasília: Editora da UNB, 1985.

CASTELLS, Manuel. **Sociedade em Rede**. São Paulo: Terra e Paz, 1999.

CUNHA, F. L. **Sementes da Paixão e as Políticas Públicas de Distribuição De Sementes na Paraíba**. [Dissertação de Mestrado em Práticas em Desenvolvimento Sustentável]. Seropédica: Instituto de Florestas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2013.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço – técnica e tempo – razão e emoção**. edição. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan./abr. 2006.



_____. **Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória?** *Caderno CRH*, Salvador, v. 21, n. 54, p. 505-517, set./dez. 2008. Disponível em: <
<https://www.scielo.br/j/ccrh/a/6wD3fTrnTjTpZDJQdGvrRzH/?format=pdf&lang=pt>>.
Acesso em: 06 fev. 2021

SILVA, E. D.; FERNANDES, G. B.; SILVA, J. O.; SILVA, A. E. O.; SILVA, D. F. Detecção de Transgenes Em Variedades Crioulas e Comerciais de Milho no Território da Borborema. In: **Congresso Latino Americano de Agroecologia**, 2017, Brasília. Anais do Congresso Brasileiro de Agroecologia 2017b.

SOUZA, Marcelo José L. (2000). O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: **Geografia: conceitos e temas**. Iná Elias de Castro *et al.* Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, pp. 77-116.